

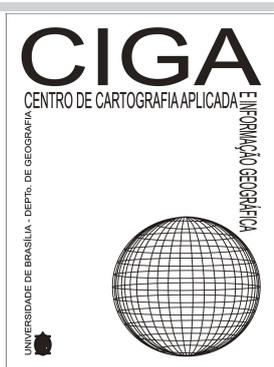
Artigo

ANÁLISE DAS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS DO LIVRO DIDÁTICO “GEOGRAFIA GERAL E DO BRASIL: ESPAÇO GEOGRÁFICO E GLOBALIZAÇÃO”

Manuela de Castro Costa Netto

p. 52-74

Revista



T - T - T

Revista Eletrônica:
Tempo - Técnica - Território,
V.11, N.2 (2020), 52:74
ISSN: 2177-4366

Como citar este artigo:

Netto, M. C., R.

ANÁLISE DAS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS DO LIVRO DIDÁTICO
“GEOGRAFIA GERAL E DO BRASIL: ESPAÇO GEOGRÁFICO E
GLOBALIZAÇÃO” - Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território,
v.11, n.2 (2020),p.52:74 ISSN: 2177-4366.

Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/ciga/>

Este obra está licenciado com uma Licença
Creative Commons Atribuição - Não Comercial
4.0 Internacional.

ANÁLISE DAS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS DO LIVRO DIDÁTICO “GEOGRAFIA GERAL E DO BRASIL: ESPAÇO GEOGRÁFICO E GLOBALIZAÇÃO”

Manuela de Castro Costa Netto

Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília, Disciplina GEOAFRO - 1º

Semestre 2020. E-mail: manuela.costanetto@gmail.com

RESUMO: O objetivo deste trabalho é analisar criticamente o livro didático *Geografia geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização*, 5ª edição, publicado em 2012, por Eustáquio de Sene e João Carlos Moreira, a fim de pensar de qual forma a população afro-brasileira é retratada no material, e sobre as consequências da falta de conteúdo sobre as matrizes de origem africana no ensino sobre o Brasil contemporâneo, mesmo com todo o impacto que essas têm na formação da cultura e da sociedade brasileira. Tendo em perspectiva a Lei nº 10.639, de 2003, que estabelece a obrigatoriedade de incluir no currículo oficial da rede de ensino a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, questionamos a forma que a história do país é contada sem explicar a relação entre a história escravista do nosso continente com a situação atual de desigualdade econômica, social e política da população negra brasileira.

Palavras-chave: Livro didático; Geografia Afrobrasileira; Ensino de Geografia; Lei 10639/2003

ABSTRACT: The objective of this paper is a critical analysis of the textbook *Geografia geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização*, 5th edition, published in 2012, by Eustáquio de Sene and João Carlos Moreira, in order to think about how the Afro-Brazilian population is portrayed in the material, and about the consequences of the lack of content on matrices of African origin in teaching about contemporary Brazil, even with all the impact that these have on the formation of Brazilian culture and society. Bearing in mind Law No. 10,639, of 2003, which is mandatory to include in the official curriculum of the education network the theme “Afro-Brazilian and Indigenous History and Culture”, we question the way in which the country's history is told without explaining the relationship between the slave history of our continent with the current situation of economic, social and political inequality of the black Brazilian population.

Keywords: Textbook; Afro-brazilian Geography; Geography teaching; Law 10639/2003.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo analisar de maneira crítica o livro didático *Geografia geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização*, 5ª edição, publicado em 2012, de Eustáquio de Sene e João Carlos Moreira, refletindo principalmente sobre a representação dos povos afro-brasileiros neste material, percebendo como se dão as referências ao sistema escravista, se este é utilizado para explicar a atual situação de desigualdade que os afro-brasileiros se encontram atualmente, se a desigualdade territorial é abordada a partir de uma perspectiva que percebe o racismo como ponto de partida para entender este processo, e se a desigualdade de acesso à saúde, educação, emprego e trabalho é vista como uma questão permeada pela desigualdade racial. Além disso, também refletimos de forma breve sobre o conceito de espaço geográfico adotado e a concepção de geografia que atravessa o livro.

Por mais que tenhamos na Constituição Federal a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”¹, essas temáticas, tão essenciais à formação dos cidadãos e cidadãs brasileiras são, frequentemente, deixadas de lado e tratadas como desimportantes ou como assuntos secundários, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio.

Sabe-se que muitas vezes os professores e as professoras ficam presos no material do livro didático, seja por uma questão organizacional ou por uma demanda da escola. Por isso, é muito importante que esses materiais sejam completos ao tratar da realidade dos afro-brasileiros, para que os alunos não deixem de aprender essa parte fundamental da história espacial do nosso país.

2. Desenvolvimento

2.1. Ficha técnica do livro didático

¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm

O título do livro a ser analisado é “Geografia geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização”, de 2012, 5ª edição, de Eustáquio de Sene e João Carlos Moreira, publicado pela Editora Scipione. É um livro utilizado nos três anos do Ensino Médio, e ele é dividido da seguinte forma:

Introdução aos estudos geográficos

Unidade 1. Fundamentos de cartografia

Capítulo 1. Planeta Terra: coordenadas, movimentos e fusos horários

- Formas de orientação
- Coordenadas geográficas
- Movimentos da Terra e estações do ano
- Fusos horários
- Horário de verão

Capítulo 2. Representações cartográficas, escalas e projeções

- Representação cartográfica
- Escala e representação cartográfica
- Projeções cartográficas
- Visões do mundo

Capítulo 3. Mapas temáticos e gráficos

- Cartografia temática
- Gráficos

Capítulo 4. Tecnologias modernas utilizadas pela cartografia

- Sensoriamento remoto
- Sistemas de posicionamento e navegação por satélites
- Sistemas de informações geográficas

Testes e questões

Unidade 2. Geografia física e meio ambiente

Capítulo 5. Estrutura geológica

- A formação da Terra
- Estrutura da Terra
- Deriva continental e tectônica de placas
- As províncias geológicas

Capítulo 6. As estruturas e as formas de relevo

- A fisionomia da paisagem
- A classificação do relevo brasileiro
- O relevo submarino
- Morfologia litorânea

Capítulo 7. Solo

- A formação do solo
- Conservação dos solos

Capítulo 8. Clima

- Tempo e clima
- Fatores climáticos
- Atributos ou elementos do clima
- Tipos de clima
- Climas no Brasil

Capítulo 9. Os fenômenos climáticos e a interferência urbana

- Poluição atmosférica

Capítulo 10. Hidrografia

- Pode faltar água doce?
- As águas subterrâneas
- Bacias hidrográficas e redes de drenagem

Capítulo 11. Biomas e formações vegetais: classificação e situação atual

- A vegetação e os impactos do desmatamento
- Principais características das formações vegetais
- Biomas e formações vegetais do Brasil

Capítulo 12. As conferências em defesa do meio ambiente

- Interferências humanas nos ecossistemas
- A importância da questão ambiental
- A inviabilidade do modelo consumista de desenvolvimento
- Estocolmo-72
- O desenvolvimento sustentável
- Rio-92
- Rio +10

Testes e questões

Unidade 3. Mundo contemporâneo: economia, geopolítica e sociedade

Capítulo 13. O processo de desenvolvimento do capitalismo

- O capitalismo comercial
- O capitalismo industrial
- O capitalismo financeiro

Capítulo 14. A globalização

- O que é globalização
- Fluxo de capitais especulativos e produtivos
- Fluxo de informações
- Fluxo de pessoas

Capítulo 15. Desenvolvimento humano: as diferenças entre os países e os objetivos do milênio

- A heterogeneidade dos países em desenvolvimento
- Índice de Desenvolvimento Humano
- Índice de percepção da corrupção e “Estados falidos”
- Objetivos de desenvolvimento do milênio

Capítulo 16. Ordem geopolítica e econômica: do pós-guerra aos dias de hoje

- A ordem geopolítica
- A ordem econômica
- O fim da Guerra Fria e a emergência de uma nova ordem

Capítulo 17. Conflitos armados no mundo

- Terrorismo e guerrilha
- Guerras étnicas e nacionalistas

Testes e questões

Unidade 4. Industrialização e comércio internacional.

Capítulo 18. A geografia das indústrias

- A importância da indústria
- Distribuição das indústrias
- Organização da produção industrial

Capítulo 19. Países pioneiros no processo de industrialização

- Reino Unido
- Estados Unidos

Capítulo 20. Países de industrialização tardia

- Alemanha
- Japão

Capítulo 21. Países de industrialização planejada

- União Soviética/Rússia
- China

Capítulo 22. Países recentemente industrializados

- América Latina: substituição de importações
- Tigres asiáticos: plataforma de exportações

Capítulo 23. O comércio internacional e os principais blocos regionais

- O comércio internacional
- Os blocos regionais

Testes e questões

Unidade 5. Brasil: industrialização e política econômica

Capítulo 24. Industrialização brasileira

- Origens da industrialização
- Crise do café e industrialização
- O governo Vargas e a política de “substituição de importações”
- O governo Dutra e o Plano Salte
- O retorno de Getúlio e da política nacionalista
- Juscelino Kubitschek e o Plano de Metas
- O governo João Goulart e a tentativa de reformas
- O período militar

Capítulo 25. A economia brasileira a partir de 1985

- O Plano Cruzado
- O Plano Collor
- A abertura comercial, a privatização e as concessões de serviços
- O Plano Real
- Estrutura e distribuição da indústria brasileira

Testes e questões

Unidade 6. Energia e meio ambiente

Capítulo 26. A produção mundial de energia

- Energia: evolução histórica e contexto atual

- Petróleo
- Carvão mineral e gás natural
- Energia elétrica
- Biomassa
- Energia e meio ambiente

Capítulo 27. A produção de energia no Brasil

- O consumo de energia no Brasil
- Petróleo e gás natural
- Carvão mineral
- Energia elétrica
- Os biocombustíveis

Testes e questões

Unidade 7. População

Capítulo 28. Características e crescimento da população mundial

- A população mundial
- População, povo e etnia: conceitos básicos
- Crescimento populacional ou demográfico
- Índices de crescimento populacional

Capítulo 29. Os fluxos migratórios e a estrutura populacional

- Movimentos populacionais
- Estrutura da população

Capítulo 30. A formação e a diversidade cultural da população brasileira

- Índios, negros, brancos, amarelos e mestiços
- Principais períodos e correntes migratórias
- Os principais movimentos internos e a emigração

Capítulo 31. Aspectos demográficos e a estrutura da população brasileira

- Crescimento vegetativo e transição demográfica
- A estrutura da população brasileira

Testes e questões

Unidade 8. O espaço urbanizado e o processo de urbanização

Capítulo 32. O espaço urbano do mundo contemporâneo

- O processo de urbanização

- Os problemas sociais urbanos
- Rede e hierarquia urbanas
- As cidades na economia global

Capítulo 33. As cidades e a urbanização brasileira

- O que consideramos cidade?
- População urbana e rural
- A rede urbana brasileira
- As regiões metropolitanas brasileiras
- Hierarquia e a influência dos centros urbanos no Brasil
- Plano diretor e estatuto da cidade

Testes e questões

Unidade 9. O espaço rural e a produção agropecuária

Capítulo 34. Organização da produção agropecuária

- Os sistemas de produção agrícola
- A revolução verde
- A população rural e o trabalhador agrícola
- Biotecnologia e alimentos transgênicos
- A agricultura orgânica

Capítulo 35. A agropecuária no Brasil

- A dupla face da modernização agrícola
- Desempenho da agricultura familiar e patronal
- O Estatuto da Terra e a reforma agrária
- Produção agropecuária brasileira

Testes e questões

2. 2 Concepção de geografia abordada

Percebe-se, ao longo de alguns capítulos, que a concepção de geografia adotada no livro é crítica. Contudo, não é uma crítica tão completa e contundente à exploração capitalista e ao sistema colonialista que deu origem às desigualdades de classe, raça e gênero como as conhecemos, mas sim um questionamento às normas e ao sistema vigente. O livro ressalta as disputas de poder que ocorrem por territórios, e como existem grupos que visam preservar áreas intocadas do planeta assim como grupos que “desejam explorá-los de forma predatória. Assim,

mesmo em um meio natural (...) existem relações políticas, econômicas, culturais e ambientais que nem sempre são visíveis na paisagem” (SENE e MOREIRA, 2012, p. 10). Também está presente a crítica ao sistema de monocultura, ao desequilíbrio ambiental e à erosão genética causado por este (2012, p. 650).

Na introdução, os autores explicam que nos anos 70 houve uma virada metodológica na geografia, e cita a importância do livro Yves Lacoste, *A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer guerra* (1976) para uma “renovação crítica da disciplina” “ao denunciá-la como instrumento ideológico a serviço de interesses políticos e econômicos dominantes” (SENE e MOREIRA, 2012, p. 13)

Além disso, o livro traz textos críticos, como o de Joseph E. Stiglitz, o qual questiona “o que pode ser feito para minimizar seus danos [da globalização] e maximizar sua contribuição para a sociedade?” (STIGLITZ *apud* SENE e MOREIRA, 2012, p. 241). Neste texto, Stiglitz aborda o poder político das empresas multinacionais, além do problema da concentração de renda, e explica que “algumas empresas evitam pagar impostos sempre que possível; algumas economizam no seguro saúde de seus empregados; muitas tentam limitar os gastos com o saneamento da poluição que provocam. Com frequência, a conta é assumida pelos governos dos países em que atuam.” (STIGLITZ, 2007 *apud* SENE e MOREIRA, 2012, p. 241).

Já no capítulo 30, “A formação e a diversidade cultural da população brasileira”, se apresenta o texto *O DNA do racismo*, de Sérgio Danilo Pena (2010). Neste, o autor explica como a raça e o racismo foram construídos artificialmente pelo poder colonial: “A emergência do racismo e a cristalização do conceito de raças coincidiram historicamente com dois fenômenos da era moderna: o início do tráfico de escravos e o esvanecimento do tradicional espírito religioso em favor de interpretações científicas da natureza” (PENA, 2010 *apud* SENE e MOREIRA, 2012, p. 568). O autor conclui seu texto afirmando que “se a cultura ocidental inventou o racismo e as raças, temos, agora, o dever de desinventá-los!” (PENA *apud* Na introdução, os autores explicam que nos anos 70 houve uma virada metodológica na geografia, e cita a importância do livro Yves Lacoste, *A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer guerra* (1976) para uma “renovação crítica da disciplina” “ao denunciá-la como instrumento ideológico a serviço de interesses políticos e econômicos dominantes” (SENE e MOREIRA, 2012, p. 13).

Na introdução, os autores explicam que nos anos 70 houve uma virada metodológica na geografia, e cita a importância do livro Yves Lacoste, *A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer guerra* (1976) para uma “renovação crítica da disciplina” “ao denunciá-la

como instrumento ideológico a serviço de interesses políticos e econômicos dominantes” (SENE e MOREIRA, 2012, p. 13).

2.3. Conceito de espaço geográfico adotado

O conceito de espaço geográfico está presente na introdução do livro, e é definido explicitamente, seguido de uma imagem de Tóquio, bem destoante da realidade brasileira.

O espaço geográfico é formado pela associação entre a sociedade e a paisagem. A paisagem é composta de elementos artificiais ou culturais, construídos pelo trabalho humano, e de elementos naturais, frutos do processo da natureza (observe a foto a seguir). O espaço contém todos esses elementos mais as relações humanas que se desenvolvem na vida em sociedade. Para ilustrar essas relações e evidenciar a diferença entre paisagem e espaço, Milton Santos afirmou que, se eventualmente a humanidade fosse extinta, teríamos o fim da sociedade e conseqüentemente do espaço geográfico, mas a paisagem construída permaneceria. (SENE e MOREIRA, 2012, p. 11)

(SENE e MOREIRA, 2012, p. 11).

2.4. Capítulo 30. A formação e a diversidade cultural da população brasileira

O capítulo 30, “A formação e a diversidade cultural da população brasileira” aborda algumas questões étnico-raciais do Brasil. Ele se apresenta de maneira breve, em 12 páginas, e coloca inicialmente que

Durante os dois séculos de colonização portuguesa, a população do Brasil foi constituída por indígenas, africanos e portugueses. Houve, ainda nesse

período, pequena participação de franceses, holandeses e britânicos que tentaram se apoderar de parcelas do território que atualmente compreende os estados do Rio de Janeiro, Pernambuco e Maranhão. Dessa forma, indígenas, africanos, portugueses e a mestiçagem entre eles, que foi intensa, formaram a base cultural da população brasileira. (SENE e MOREIRA, 2012, p. 564)

Em seguida, aponta a migração de “latino-americanos, chineses, coreanos, angolanos e outros povos africanos”, e a contribuição desses povos “para a formação da diversidade cultural de nosso país” (SENE e MOREIRA, 2012, p. 564).

A questão indígena também é elucidada. Os autores trabalham com uma estimativa bem ampla de quantos indígenas haviam no território brasileiro antes da colonização: “entre 1 milhão e 6,8 milhões de nativos pertencentes a várias nações ou etnias. As mais numerosas, e que ocupavam as maiores extensões territoriais, eram a etnia Jê e a Tupi-Guarani” (SENE e MOREIRA, 2012, p. 565).

O genocídio e o etnocídio sofrido por estas populações também são abordados, afirmando que, além desses dois fatores, “havia, ainda, guerras entre diferentes nações indígenas, que se intensificaram quando fugiam das regiões ocupadas pelos europeus em direção a terras de outros povos, ou quando se aliavam militarmente a portugueses, franceses e holandeses para lutar contra nações inimigas” (SENE e MOREIRA, 2012, p. 565). Contudo, no capítulo 34, “organização da produção agropecuária”, os autores, em uma legenda de foto, se referem aos povos indígenas do Xingu como “agricultores descapitalizados” (SENE e MOREIRA, 2012, p. 645), e mencionam uma prática indígena de queimada do solo para prepará-lo para o cultivo sem atrelá-la à cultura dos indígenas do Xingu. Ironicamente, perpetuam o etnocídio logo após explicarem o que é o etnocídio.

O capítulo ainda conta com um trecho do livro *O Povo Brasileiro*, de Darcy Ribeiro (1995), no qual ele fala sobre como o surgimento do povo brasileiro, resultado da confluência de culturas e matrizes raciais distintas, foi o surgimento de um povo novo:

Novo porque surge como uma etnia nacional, diferenciada culturalmente de suas matrizes formadoras, fortemente mestiçada, dinamizada por uma cultura sincrética e singularizada pela redefinição de traços culturais dela oriundos. Também novo porque se vê a si mesmo e é visto como uma gente nova, um novo gênero humano diferente de quantos existam. Povo novo, ainda, porque é um novo modelo de estruturação societária, que inaugura uma forma singular de organização socioeconômica, fundada num tipo renovado de

escravismo, e numa servidão continuada ao mercado mundial (RIBEIRO, 1995 *apud* SENE e MOREIRA, 2012, p. 566)

Antes de partir para o tema das correntes migratórias, do êxodo rural, migração e emigração, encerrando, assim, o capítulo, os autores afirmam que “o conceito de raça (ou mesmo cor, que seria sua expressão fenotípica), como ainda aparece nas pesquisas do IBGE, não se sustenta cientificamente”, se utilizando do texto supracitado de Pena para demonstrar que “a espécie humana é uma só, não pode ser dividida em raças. O racismo é uma construção histórica e ideológica recente, que deve ser desconstruída” (SENE e MOREIRA, 2012, p. 568).

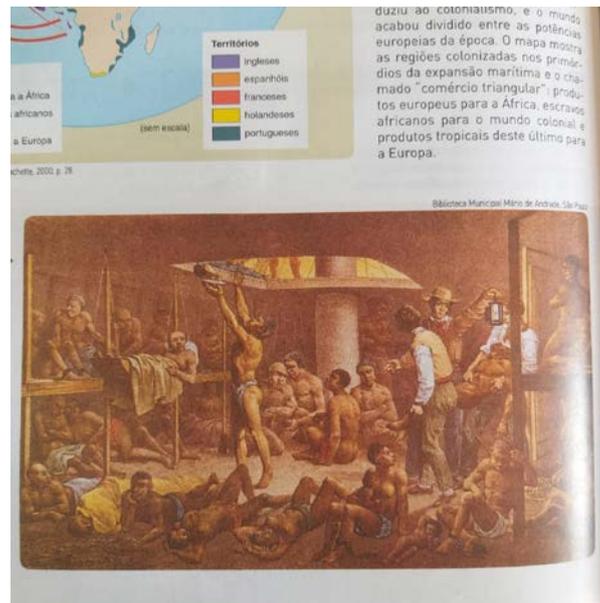
É possível perceber que os textos mais reflexivos desses capítulos citados não são dos autores do livro, mas sim enxertos de outros autores que aparecem de forma a complementar uma escrita supostamente “neutra” dos autores.

2.5. Explicações sobre o sistema escravista no Brasil

Apesar de ter uma abordagem crítica em relação ao conceito de raça e ao racismo, o livro aborda o sistema escravista de forma sucinta. Contudo, não se aprofundam na ligação entre o período escravista e a situação precária que a população negra se encontra no Brasil.

No capítulo 13, “o processo de desenvolvimento do capitalismo”, fala-se do colonialismo aplicado à explicação do capitalismo comercial e, neste contexto, a escravidão é explicada em uma simples legenda de foto:

Durante o capitalismo comercial, período em que a produção de mercadorias era essencialmente artesanal, a maior fonte de riquezas era o comércio. Tudo que pudesse ser vendido com muito lucro, como perfumes, sedas, tapetes, especiarias e até mesmo seres humanos (escravos), transformava-se em mercadoria nas mãos dos comerciantes europeus. Esta gravura do século XIX, *Negros no porão do navio*, de Rugendas, tem por tema um dos negócios mais lucrativos dessa época: o tráfico de escravos oriundos da África. (SENE e MOREIRA, 2012, p. 218)



Há também uma explicação sobre como a invenção europeia do racismo serviu para legitimar o sistema escravista imposto por quase quatro séculos no Brasil.

Nas civilizações antigas não são encontradas evidências inequívocas da existência do racismo (que não deve ser confundido com rivalidade entre comunidades). É certo que havia escravidão na Grécia, em Roma, no mundo árabe e em outras regiões. Mas os escravos eram geralmente prisioneiros de guerra e não havia de maneira alguma a ideia de que eles fossem “naturalmente” inferiores aos seus senhores. A escravidão era mais conjuntural do que estrutural - se o resultado da guerra tivesse sido outro, os papéis de senhor e escravo estariam invertidos. (PENA *apud* SENE e MOREIRA, 2012, p. 568)

Em seguida, apresenta-se um texto sobre os “principais períodos e correntes migratórias”. Acerca disto, um gráfico sobre a entrada de imigrantes no Brasil, de 1808 a 1970. Contudo, o gráfico apresenta apenas a entrada de imigrantes livres, desconsiderando a diáspora africana e a movimentação significativa que esta causou nos contingentes populacionais do Brasil. Segundo o livro didático,

como a Coroa portuguesa não fazia registros oficiais, não existem dados de quantos escravos negros ingressaram no Brasil, quais foram os anos de maior fluxo, por qual porto entraram e de que lugar da África vieram (...). Segundo estimativas, como a encontrada no livro *Brasil: 500 anos de povoamento*, ingressaram no país pelo menos quatro milhões de negros de 1550 a 1850, a

maioria de Angola, Ilha de São Tomé e Costa do Marfim (SENE e MOREIRA, 2012, p. 569)

(SENE e MOREIRA, 2012, p. 569)

2.6 A representação da população afro-brasileira no livro

O livro não apresenta imagens de contextos afro-brasileiros de maneira estereotipada. Apesar disso, não se apresenta uma conexão direta entre as políticas de Estado racistas aplicadas desde o período colonial com a situação de desigualdade da população negra no Brasil em relação ao acesso à educação, acesso à saúde, à cidade, ao emprego, etc. É trabalhada uma perspectiva de que o capitalismo gera desigualdades, e critica-se a má distribuição de renda, de serviços, e o problema do desemprego. Contudo, estes não são associados ao racismo estrutural brasileiro.

(...) nos países em desenvolvimento, os serviços públicos em geral são muito precários, prevalecendo um mecanismo perverso de reprodução da pobreza. Filhos de trabalhadores de baixa renda dificilmente têm acesso a sistemas eficientes de educação, constituindo, na maioria dos casos, mão de obra sem qualificação e, como consequência, mal remunerada. (SENE e MOREIRA, 2012, p. 560)

Legenda: O desemprego é um dos maiores problemas do mundo atual. Contra ele lutam trabalhadores de todos os países. (...). Fila de inscrição de trabalhadores na favela de Manguinhos, no Rio de Janeiro, em foto de 2008 (SENE e MOREIRA, 2012, p. 560)

O desemprego, atualmente, segundo o IBGE, atinge 14 milhões de brasileiros. Contudo, os mais afetados por isso são pessoas que já se encontram em situação de vulnerabilidade social, que são as mais afetadas em crises econômicas. A imagem acima retrata uma categoria marginalizada em muitos aspectos sociais e econômicos - pessoas negras e periféricas - que, em momentos de dificuldade recorre, muitas vezes, a subempregos sem garantias ou direitos, que são os moradores de favela, na foto, retratados. O ponto é: se não recorrermos à uma visão que trate o racismo como uma desigualdade *necessária* para que o capitalismo prevaleça, a razão pela qual a maior parte dos desempregados no Brasil são negros continuará encoberta, não sendo notório o motivo pelo qual isso ocorre - este que não é abordado pelo livro didático. Portanto, o livro didático acaba por estereotipar a população negra, já que não contextualiza e historiciza a situação atual desta.

Segundo dos Anjos (2011), “as estatísticas apontam o Brasil como a segunda maior nação negra do planeta, e é com relação a essa população que são computadas as estatísticas mais discriminatórias e de depreciação socioeconômica.” (p. 271).

A falta de acesso à educação, historicamente desenhada para os afro-brasileiros desde a primeira lei de educação, de 1837, que impedia “os escravos, e os pretos africanos, ainda que sejam livres ou libertos”, de frequentar as escolas públicas de ‘instrução primária’ (SANTOS e SANTOS, 2012, p.4 *apud* DOMINGUES 2007, p. 25 *apud* CUNHA, 1999, p.87),

gera a falta de acesso a empregos melhores, o que faz com que, em 2021 ainda tenhamos as seguintes estatísticas, segundo matéria da Folha de São Paulo, de 10 de março de 2021: “no ano, a taxa de desemprego entre as pessoas que se autodeclaravam pretas, de 17,3%, era 58,7% superior à daquelas que se autodeclaravam brancas (10,9%). Já a da população parda foi de 15,4%.”²

Os autores também colocam o Mapa da Violência de 2006 no livro, mas não especificam qual é a camada da população mais exposta à violência urbana. Contudo, associam o problema da violência aos maiores níveis de desigualdade dos países em desenvolvimento, e também à “cultura armamentista em amplos setores da população”. A desigualdade racial, marcador importante para as estatísticas de violência, mais uma vez permanece omitida. Segundo Sene e Moreira, “na maioria dos países, incluindo o Brasil, as maiores vítimas de homicídio são jovens de 15 a 24 anos do sexo masculino” (p. 609). Contudo, os autores não mencionam o marcador racial que atravessa essas estatísticas. Segundo o Mapa da violência de 2006,

se no conjunto da população a vitimização de negros já é severa, entre os jovens o problema agrava-se ainda mais: os índices de vitimização elevam-se para 85,3%. Isto é, a taxa de homicídios dos jovens negros (64,7 em 100 mil) é 85,3% superior à taxa dos jovens brancos (34,9 em 100 mil). (Waiselfisz, 2006, p. 59)

²Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/03/desemprego-da-pandemia-atinge-mais-jovens-negros-e-regiao-nordeste.shtml>. Acesso em 21/03/2021.

(SENE e MOREIRA, 2012, p.566)

Os autores também apontam a importância do capital social das comunidades para a diminuição da criminalidade: segundo eles, a “importância de considerar o capital social de uma comunidade. Quando o capital social é alto - família, escolas, igrejas, associações comunitárias, centros de esporte e lazer, etc. - e as pessoas se sentem amparadas por uma rede de proteção e apoio, há pouca propensão às ações criminais” (SENE e MOREIRA, 2012, p. 610). Fica um questionamento: no Brasil atual, quem tem acesso ao lazer?

A arte é conhecidamente um meio para tirar jovens da criminalidade e de situações de vulnerabilidade. Contudo, isso não é um aprofundado, os marcadores étnico-raciais não aparecem, mesmo essa sendo uma perspectiva muito rica para tratar sobre a transformação do espaço geográfico das favelas, por exemplo, antes e depois de projetos comunitários deste tipo.

(SENE e MOREIRA, 2012, p. 610)

(SENE e MOREIRA, 2012, p. 547)

Os autores, ao se utilizarem dessas fotos, colocam que “os investimentos em educação são fundamentais para as condições de trabalho e melhoria de todos os indicadores sociais. No

mundo inteiro, quanto maior a escolaridade e a qualidade de vida da mulher, menores tendem a ser o número de filhos e a taxa de mortalidade infantil” (SENE e MOREIRA, 2012, p. 547). Não há, no entanto, nenhum questionamento ou contextualização de quem são as pessoas mais prejudicadas pela falta de acesso à educação, qual é a raça das crianças que mais sofrem com a mortalidade infantil, ou qual é a raça das mulheres que têm menos escolaridade e menos qualidade de vida. Não está presente, também, uma explicação histórica para que o aluno possa compreender a origem dessa desigualdade.

Portanto, por mais que seja trabalhada a questão de renda e de desigualdade econômica, não há referências diretas sobre a situação social, econômica e política dos afro-brasileiros no país, ou à como entender isso é fundamental para entender a desigualdade social, econômica e política no Brasil. Não há, também, maiores explicações no livro do porquê os descendentes do continente africano no Brasil possuem posição desigual nas questões ligadas ao trabalho, saúde, emprego e educação, nem mesmo se menciona o motivo pelo qual a maior parte do contingente populacional das favelas é formada por pessoas negras.

2.7 Tabela sobre a divisão da sociedade brasileira por grupo étnico e reflexões.

No capítulo 30, seguido de um excerto do livro *O povo brasileiro*, de Darcy Ribeiro (1995), apresenta-se o subtítulo “A miscigenação da população brasileira”, onde discute-se a falta de correspondência entre os dados coletados e a real distribuição das “raças” no país. Os autores também mostram que os percentuais de brancos e negros vinham se reduzindo (em 2008), e o de pardos, aumentando. Segundo eles, isso demonstra que “continua havendo miscigenação na população brasileira” (SENE e MOREIRA, 2012, p. 560). Contudo, acredito que sobre isso se possa fazer uma discussão mais ampla, questionando inclusive o motivo de as pessoas não se declararem negras, e qual é o espaço ocupado pelo pardo na sociedade brasileira. Para o professor Rafael dos Anjos, “associado ao ‘pardo’ está a indefinição da sua identidade, do seu lugar na sociedade, da sua referência ancestral, em síntese, da sua territorialidade.” (ANJOS, 2011, p. 269). Este tal “‘engano psicológico’ pelos dados divulgados é ascendente, e nos leva a uma constatação que revela uma fragilidade e indefinição das identidades no Brasil contemporâneo” (ANJOS, 2020, p. 51). A categoria do “pardo” foi criada com um objetivo certo de perpetuar o embranquecimento da população nas estatísticas. Ela surgiu a partir de políticas racistas de Estado e da construção da categoria do “negro” como pejorativa, e isso pode ser um dos motivos pelo qual no país mais negro fora da

África as estatísticas de pessoas que se auto declaram negras caem de uma forma tão significativa.

(SENE e MOREIRA, 2012, p. 560)

A imagem de Zumbi dos Palmares é colocada ao lado dessa tabela. Contudo, não se chega perto de tratar sobre a territorialidade quilombola no material didático. Ao final, como supracitado no ponto 2.4, os autores levantam um questionamento importante acerca do conceito de raça e cor, afirmando tal conceito “não se sustenta cientificamente”, e apresentam, em seguida, *O DNA do racismo*, também mencionado anteriormente, para detalhar a questão de que “o racismo é uma construção histórica e ideológica recente, que deve ser desconstruída” (SENE e MOREIRA, 2012, p. 568).

3. Conclusão

É perceptível ao longo da publicação um viés crítico da geografia. Contudo, há limite para a crítica e para a reinvenção da ciência? Como cientistas, devemos sempre aprofundar percepções em questões que possam parecer, por vezes, resolvidas ou acabadas. O compromisso com a verdade deve ser constante, e a verdade é que o Brasil é um país cuja desigualdade tem seu cerne no racismo, e isso não pode ser visto como uma questão ideológica ou como um recorte. Isso deve ser abordado, em todos os níveis de ensino, como o panorama completo de como o país foi construído e quais as consequências sociais, políticas, econômicas e territoriais disso.

O livro não menciona as diversas matrizes oriundas da África, referências da formação da sociedade brasileira. Os povos africanos, ao longo do capítulo 30, são mencionados como se fossem um todo homogêneo, sem distinções culturais que pudessem refletir na nossa construção cultural. Com os conhecimentos atuais acerca da geografia afro-brasileira, é possível afirmar que povos de diversas etnias e matrizes culturais foram, segundo Anjos, pulverizados pelo território brasileiro, estrategicamente, com os objetivos de

dificultar a organização, extinguir a língua de origem e impossibilitar a continuidade das culturas, ou seja, foram criados dispositivos reais para que as populações oriundas da África perdessem as suas referências identitárias e, por conseguinte, houvesse uma diluição da identidade étnica africana no Brasil (ANJOS, 2011, p. 267)

Dentre estes, estavam os povos “Minas, Congos, Ombundos, Bacongos, Ovibundos, Monjolos, Balundos, Jejes, Angolas, Anjicos, Lundas, Quetos, Hauças, Fulas, Ijexás, Jalofos, Mandingas, Anagôs, Fons, Ardas, dentre muitos outros” (ANJOS, 2011, p. 267). Isso deve estar presente nos livros didáticos para que não se perpetue uma visão estereotipada e homogênea do que é a África, ou do que era a África e seus habitantes antes da escravidão.

Atualmente, devido aos estudos da Geografia africana e afrobrasileira, temos aproximações mais precisas acerca da diáspora africana, do número de pessoas que saíram dos países e do número de pessoas que chegavam ao Brasil, além de maiores detalhes acerca das origens dos escravizados trazidos à força, apesar da dificuldade de traçar uma estimativa totalmente precisa, devido ao “quadro de ilegalidade e clandestinidade” deste fluxo (SANZIO, 2011, p. 265). A importância disso não é simplesmente estatística, mas é necessária para compreendermos a formação territorial e cultural do nosso país, dado que este foi o que mais recebeu importação de pessoas em situação de cárcere do século XVI ao XIX.

Para dar abrangência a este tema, seria bom mencionar “O conceito geográfico de diáspora”, que “tem a ver com a referência de dispersão de uma população e das suas matrizes

culturais e tecnológicas” ao falar sobre os processos migratórios do Brasil (ANJOS, 2011, p. 263)

Um ponto importante a ser ajustado no livro é que a divisão racial do espaço não é mencionada, limitando a desigualdade territorial no Brasil a uma questão de classe. Isso não pode ser ensinado desta forma porque, partindo de uma visão interdisciplinar entre a história e a geografia, explicita-se que a dificuldade de acesso a terras por parte das pessoas negras teve início com a promulgação da Lei de Terras (1850), que impedia a aquisição de terras por escravizados, dando início ao racismo fundiário.

Algo que também deve ser ressaltado é a completa ausência de menção aos povos quilombolas no Brasil, para além de uma foto de Zumbi dos Palmares. Não se chega perto de falar dos quilombos contemporâneos e da territorialidade destes, ou mesmo dos povos indígenas que, na unidade 9: “o espaço rural e a produção agropecuária”, são tratados como agricultores descapitalizados, o que invisibiliza sua cultura e descredita sua importância na preservação de recursos naturais e da biodiversidade, além das suas habilidades de manejo sustentável e equilibrado do solo.

Por fim, algo positivo que deve ser reforçado no Ensino Médio é a artificialidade do conceito de raça, qual foi sua função inicial e como ela se atrela ao racismo presente em nossa sociedade até hoje. Isso auxilia os alunos a desconstruírem seus preconceitos e a entenderem a origem dele.

Segundo o professor Rafael dos Anjos (2011), “o território africano é um componente fundamental para uma compreensão mais apurada das questões que envolvem o papel da população de ascendência africana na sociedade brasileira.” (p. 262). Sabemos que enquanto dados mais completos acerca da diáspora, da desigualdade racial do espaço e da resistência de povos quilombolas não forem divulgados no senso comum e trabalhados na educação, enquanto o Brasil sentir vergonha de sua história ao invés de trabalhar para cicatrizar as feridas de uma história marcada pela violência, as dívidas históricas que o Estado brasileiro tem com a população negra brasileira continuarão sendo ignoradas, ao invés de serem reparadas.

Bibliografia

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Territórios Invisíveis do Brasil Africano: cartografias & tensões sócioespaciais nos terreiros religiosos. 2020. Disponível em: https://c1a1c6c2-aa2b-46b4-96445425a5ead160.usrfiles.com/ugd/c1a1c6_38589f2446ce4ebb8ff34dcece9117f3.pdf

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Territorialidade quilombola: fotos & mapas. Brasília: Mapas Editora & Consultoria. 2011. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/24174>)

DE SENE, Eustáquio; MOREIRA, João Carlos. Geografia geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização. Editora Scipione. 5ª edição. 2012.

SANTOS, Diana Viturino; SANTOS, Josimari Viturino. Um olhar à história dos negros no Brasil: demandas que impulsionaram a formulação de políticas de ações afirmativas para acesso ao ensino superior. 2012. Disponível em: http://educonse.com.br/2012/eixo_01/PDF/7.pdf

WASELFISZ, Julio Jacobo; Mapa da violência 2006: os jovens do Brasil. Brasília: OEI, 2006.